



INTERPELAÇÃO ESCRITA

Nestes últimos anos, o Governo tem apostado no desenvolvimento de empresas sociais, tendo mesmo elencado nas Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2009 a ideia da resolução do problema de desemprego decorrente da crise económica e da manutenção da competitividade do emprego, através da criação, em colaboração com a sociedade civil, deste tipo de empresas, com vista a apoiar os mais fragilizados e a ajustar os recursos humanos. As empresas sociais, enquanto instituições que ajudam os deficientes a sobreviver à custa do seu próprio suor, têm realmente contribuído para criar oportunidades de emprego para essa faixa da população, mas como falta uma política de longo prazo que apoie esse tipo de iniciativas, o seu número é ainda bastante reduzido e não se vêem perspectivas de grandes saltos no futuro.

As empresas sociais não só têm de dar emprego às camadas sociais em situação desfavorável, mas têm também de assumir os riscos de exploração. Se tiverem lucros, têm que os retribuir à sociedade, e em caso de prejuízos, vêm-se a braços com problemas ao nível do seu desenvolvimento sustentável. Portanto, as dificuldades de exploração que têm de superar são muito maiores do que as da generalidade das empresas. Em 2010, o Governo

IE-2013-11-08-Leong On Kei (p) (fb-apn)



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

lançou o “*Plano de Apoio Financeiro para a Promoção do Emprego das Pessoas com Deficiência*”, para cuja execução atribuiu uma verba de 10 milhões de patacas, no sentido de apoiar a criação de empresas sociais por parte das organizações e associações de solidariedade social. Não há margem para qualquer dúvida que o objectivo do Plano é incentivar o desenvolvimento das empresas sociais e criar postos de trabalho e oportunidades de formação para os portadores de deficiência. Mas como não existe nem promoção nem divulgação, os requisitos para o pedido de apoio financeiro são exigentes, os procedimentos de apreciação e autorização são muito complicados e é baixo o respectivo grau de transparência, muitas organizações e associações abandonaram as suas iniciais pretensões. Em resultado disso, apenas um dos dois pedidos apresentados foi autorizado. E como os resultados são fracos, não se sabe ainda se esse Plano tem pernas para andar.

A maior dificuldade para estas empresas é encontrar um espaço, e como as rendas não param de subir, o Governo devia aumentar os apoios a conceder, dando-lhes assim mais margem para o seu desenvolvimento. Uma delas já foi mesmo corrida pelo senhorio e depara-se com dificuldades de exploração.

As empresas sociais precisam de apoio financeiro para o seu crescimento, mas não só, também necessitam de um conjunto de medidas de apoio complementares. Muitas das dificuldades com que se deparam no início têm a

IE-2013-11-08-Leong On Kei (p) (fb-apn)



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

ver com a falta de experiência ao nível da respectiva exploração e gestão, e com disponibilidade financeira. Em Hong Kong, as empresas sociais podem contar com o forte apoio financeiro do Governo, mas também com a colaboração de instituições financeiras locais, que lhes vão disponibilizando, gratuitamente, opiniões e informações para apoio ao nível da sua exploração e gestão.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

- 1) Qual é o ponto de situação da execução do “*Plano de Apoio Financeiro para a Promoção do Emprego das Pessoas com Deficiência*”? Segundo a sociedade, parece-me que ainda deixa algo a desejar, necessitando, portanto, de ser revisto e aperfeiçoado. O Governo vai fazê-lo?
- 2) Encontrar um espaço e a subida das rendas são as maiores dificuldades com que as empresas sociais se deparam ao nível da exploração. Para que possam obviar essa dificuldade, o Governo deve reforçar o apoio financeiro a conceder e até ceder espaços a preços especiais, com vista a assegurar a estabilidade do seu funcionamento. O Governo vai fazer isso?
- 3) Tendo em consideração a falta de experiência, ao nível tanto da exploração como da gestão, dos que operam pela primeira vez empresas sociais, o Governo pode adoptar as práticas de outras regiões, socorrendo-se do apoio das empresas de grande envergadura e das instituições financeiras, incentivando-as mesmo à

IE-2013-11-08-Leong On Kei (p) (fb-apn)



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

prestação gratuita de serviços de consultoria às empresas sociais no âmbito da exploração e gestão. O Governo deve ponderar esta possibilidade e tomar como referência os casos de sucesso das regiões vizinhas. Vai fazê-lo?

08 de Novembro de 2013.

A Deputada

Leong On Kei

IE-2013-11-08-Leong On Kei (p) (fb-apn)